



Exigimos soluções imediatas para os problemas que afetam os Trabalhadores!

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) reuniu com Ministra da Justiça e com a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, onde foram apresentados problemas de todos os serviços dependentes do Ministério da Justiça que continuam por resolver, pondo em causa a qualidade dos serviços e os direitos dos Trabalhadores.

MATÉRIAS TRANSVERSAIS AOS DIVERSOS ORGANISMOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

- **É urgente o recrutamento de Trabalhadores** em todos os serviços do Ministério da Justiça, para todas as carreiras e categorias, gerais e especiais, tendo em conta o rejuvenescimento, o défice de Trabalhadores, o número de aposentações, porque não se resolve com o recurso constante ao sistema de mobilidade que não passa de uma manta que tapa e destapa os serviços da Administração Pública (AP).
- É preciso que o Ministério da Justiça desenvolva uma verdadeira política de recursos humanos, que responda às necessidades dos serviços de forma eficiente e permanente, gerando atratividade nas carreiras, valorizando os Trabalhadores e fixando-os, por forma a **inverter a tendência de os serviços deste Ministério estarem a ser usados como uma porta de entrada na AP.**
- A Federação exigiu ainda a aplicação do Decreto-Lei nº 84-F/2022, de 16/12, que procedeu à alteração remuneratória das carreiras gerais, tendo deixado para trás um conjunto de carreiras especiais e não revistas, pelo que as diferenças remuneratórias relativas entre carreiras especiais, carreiras não revistas e gerais foram assim neutralizadas.

DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS (DGRSP)

- Consideramos urgente a abertura do processo **negocial da revisão das carreiras não revistas**, como forma de responder aos problemas da falta de pessoal na Vigilância Eletrónica, nos Centros Educativos, nos Serviços Centrais da DGRSP e nos Estabelecimentos Prisionais.

- Deixámos claro que esta Federação irá sempre resistir ao fim do estatuto especial das carreiras específicas da DGRSP e que o mesmo deve ter em conta a valorização salarial e funcional, principalmente, para fixar Trabalhadores nestas carreiras.
- Prevenimos para o facto de o **número de Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS)** previsto para iniciarem funções em setembro/2024 ser **insuficiente**, solicitando que a Tutela possa acautelar, desde já, novo procedimento concursal para satisfação das reais necessidades de TPRS na DGRSP.
- **Reafirmámos** a nossa exigência da aplicação do Decreto-Lei nº 120/2023, de 22/12 nos serviços da justiça, com a necessária publicação de norma legal para transitar para a **carreira especial de Técnico Auxiliar de Saúde (TAS)** todos os Trabalhadores que executam funções de auxiliar de saúde, designadamente no Hospital Prisional e nos Estabelecimentos Prisionais, e informámos que esta situação já foi por nós reportada ao Diretor-Geral;
- **Criação da Carreira Especial de Inspeção**, considerando o art.º 12º da Lei Orgânica da DGRSP (Decreto-Lei nº 123/2011, de 29/12), que contempla o exercício de funções de inspeção, de fiscalização e de auditoria pelos Trabalhadores que integram o Serviço de Auditoria e Inspeção (SAI).

INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO (IRN)

- Denunciámos o facto de esta Federação **não estar a ser recebida pelo Conselho Diretivo do IRN**, que insiste em resolver problemas através de grupos de trabalho por si criados e no qual não nos revemos. Registámos que consideramos inaceitável que a Presidente do IRN não queira cumprir a Lei, no que respeita à Negociação Coletiva. Assinalámos, ainda, que há questões internas e da competência do IRN que não estão a ser resolvidas, também pela falta de comunicação do IRN.
- Exigimos **solução para os Trabalhadores da carreira de Assistente Técnico da Loja de Cidadão do Porto**, que se encontram mais uma vez em greve, em virtude de exercerem funções de grau de complexidade superior ao da sua carreira e por não serem reconhecidos e recompensados adequadamente por isso mesmo.

POLÍCIA JUDICIÁRIA (PJ)

- Esta Federação informou não estar de acordo com a forma como foi decidida a aplicação do suplemento de missão na PJ, porque a sua atribuição deixou injustamente de fora muitos Trabalhadores. Alertámos, ainda, para o facto de a Tabela Única de Suplementos da AP aguardar revisão há demasiado tempo, o que não concorre para a justiça que se impõe.
- Sublinhámos ser essencial o recrutamento de Trabalhadores para as carreiras de apoio à investigação, bem como a integração dos Trabalhadores com funções de perícia nas carreiras da PJ, colocados em funções de nível de complexidade superior, sem reconhecimento da carreira e remuneração adequada;
- Exigimos que se proceda à regulamentação do estatuto profissional da PJ ainda por concluir: modelo de avaliação das carreiras especiais, remuneração das chefias;
- Denunciámos o incumprimento de normativos legais referentes à avaliação dos Trabalhadores e repercussão nas progressões, à inexistência de serviços de saúde ocupacional e de formação contínua;

INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIA FORENSE (INMLCF)

- Exigimos a revisão das carreiras não revistas de corpos especiais e conseqüente a valorização salarial e das suas funções, também como forma de tornar as carreiras apelativas e garantir a fixação de Trabalhadores nas áreas especiais do INMLCF.
- Apelámos para o investimento neste Instituto, designadamente, no que concerne ao edificado.

DA RESPOSTA DA TUTELA

Assumindo o conhecimento e a identificação destes problemas, a Ministra referiu que, apesar de todo o empenho e preocupação da equipa ministerial, a resolução desses problemas estará sempre dependente

da Secretária de Estado da Administração Pública e do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Ministra informou que o processo da revisão das carreiras está remetido para o processo negocial, que ainda será calendarizado a partir de setembro/2024, não havendo data para o seu início, nem tão pouco proposta de calendarização.

Já a Secretária de Estado Adjunta afirmou que todos os cenários para a revisão de carreiras se encontram em cima da mesa.

Obtivemos informação sobre a reabertura de duas Unidades Residenciais em Centros Educativos da DGRSP, o que louvámos, **mas não deixámos de demonstrar a nossa preocupação**, porque sabemos que os Trabalhadores que vão iniciar funções em setembro já não são suficientes para o reforço das equipas existentes, tal é a dramática falta de pessoal, porquanto ainda haverá mais duas Unidades Residenciais a serem alvo de redistribuição de TPRS.

Adia-se assim, uma vez mais, a resolução dos problemas de falta de pessoal, mas a Secretária de Estado Adjunta informou que está a acompanhar regularmente junto da DGRSP o apuramento de todas as necessidades de reforço das equipas da Vigilância Eletrónica e Centros Educativos.

Da tutela, nenhuma resposta concreta foi assumida, remetendo para setembro e pedindo para que lhes seja dado tempo, pois só tomaram posse em abril passado...

Perante este cenário, a Federação entende que **a reunião resumiu-se a uma mão cheia de nada**, não resultando em nenhum compromisso para a resolução dos problemas dos Trabalhadores e serviços do Ministério da Justiça, considerando que a revisão de carreiras especiais não revistas do Ministério da Justiça não pode sofrer mais atrasos.

Alertamos para a necessidade de os Trabalhadores continuarem atentos e dispostos a lutar pelas suas reivindicações, de âmbito geral e setorial.

A Federação continuará a denunciar os problemas e a exigir a sua resolução com o apoio dos Trabalhadores.

FNSTFPS Agosto 2024

Unidos Somos Sempre Mais Fortes!

Mantém-te informado!

SINDICALIZA-TE

FPSNACIONAL.PT

